



Governo retoma ideia de criar fundo de pensão para servidor

Ministro da Previdência e líder no Senado confirmam que governo estuda envio, ainda neste semestre, de projeto que criaria um novo modelo de previdência complementar para os servidores do Executivo e do Judiciário federais



Marcello Casal Jr/ABR

Na primeira tentativa, há quatro anos, as resistências foram muitas e, assim, o projeto tem tramitação lenta na Câmara dos Deputados. Por isso, uma comissão de técnicos no governo estuda a criação de um novo modelo para a previdência complementar dos servidores federais. Só quem entrar no serviço público após a lei seria obrigado a se enquadrar no novo sistema, recebendo aposentadoria por duas fontes, uma delas um fundo de pensão para o qual terá que contribuir mensalmente. **5**

Manifestação de servidores federais em Brasília: valor dos benefícios a serem recebidos ainda é a principal incógnita

CE vota projeto que beneficia professor da rede pública **6**

Em pauta, os direitos das pessoas com deficiência **3**

Para Simon, decisão do STF sepultou Lei da Ficha Limpa **4**

Covas será homenageado amanhã em Plenário **2**

Patriota fala na CRE sobre as revoltas no mundo árabe **8**



Lin de Pinho/Senado Federal

Questão fundiária precisa de capacitação, aponta debate

Especialistas apontaram a capacitação dos órgãos públicos como a única saída para a regularização fundiária, durante o primeiro de uma série de debates na CRA, sempre

às sextas-feiras. Representante do governo disse que a questão exige estrutura para vistorias em terras, modernização do sistema cartorial e instalação de equipamentos. **7**

Na audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Alberto Lourenço, Carlos Mário Guedes de Guedes, Acir Gurgacz, Adhemar Lopes de Almeida e José Lopes de Oliveira

Trajetória do ex-senador e ex-governador de São Paulo será lembrada em discursos no horário destinado ao expediente, atendendo a requerimento de Marisa Serrano



Célio Azevedo/Senado Federal

Junho de 1988, Câmara: Covas foi um dos destaques do encontro que marcou a criação do PSDB

Senado homenageia Mário Covas na sessão de amanhã

O EX-SENADOR E ex-governador de São Paulo Mário Covas será homenageado pelo Senado na sessão de amanhã, por ocasião do décimo aniversário de seu falecimento. A homenagem, que atende a requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), será realizada às 14h, no período do expediente que antecede a sessão plenária.

Para a senadora, Mário Covas "foi um dos maiores líderes políticos do país, tendo representado com brilhantismo todos os cargos que ocupou ao longo de sua vida pública e deixado como marca "a sua postura ética e a sua dedicação em prol do cidadão de seu estado e do Brasil".

Nascido em Santos (SP), no dia 21 de abril de 1930, Covas governou São Paulo entre 1º de janeiro de 1995 e 22 de janeiro de 2001. Ele deixou o cargo em decorrência de um câncer, vindo a falecer em 2001. Formado em engenharia civil, iniciou a militância política como estudante universitário, tendo sido eleito, em 1955, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Sua vida pública começou em 1961, quando foi candidato a prefeito de Santos, perdendo, no entanto, a eleição. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal pelo então Partido Social Trabalhista (PST). Em 1968, Covas liderava a bancada oposicionista na Câmara, quando foi cassado em 1969 pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Com a perda dos direitos políticos, dedicou-se à engenharia.

Reconhecimento

Segundo dados da Fundação Mário Covas, o político foi incluído na lista dos melhores parlamentares desde o início do seu primeiro mandato como deputado federal, em 1963, até o ano de 1968. Essa lista era organizada pelos jornalistas que cobriam o Congresso Nacional à época.

Ao reconquistar seus direitos políticos em 1979, Covas retomou a luta contra a ditadura



Waldemir Borretto/Senado Federal

Marisa Serrano diz que Mário Covas foi um dos maiores líderes do país

militar, quando se elegeu presidente do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), substituído posteriormente pelo atual PMDB. Foi ainda secretário de estado dos Transportes e prefeito de São Paulo. Em 1986, foi eleito senador com 7,7 milhões de votos e liderou a bancada do PMDB no Senado durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1989, foi presidente nacional do PSDB, partido que ajudou a fundar e pelo qual concorreu às eleições presidenciais de 1989 – as primeiras realizadas desde 1960. Nessas eleições, Covas ficou em quarto lugar, atrás de Fernando Collor – eleito no segundo turno –, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

No ano seguinte, também foi derrotado nas eleições para governador de São Paulo. Já em 1994, venceu o pleito para o governo do estado, sendo reeleito em 1998. Os dois mandatos foram dedicados ao saneamento das finanças públicas, com medidas destinadas a promover ajuste fiscal e equilíbrio orçamentário.

Em 1998, Covas retirou um tumor da bexiga e foi submetido à quimioterapia. A doença voltou e ele afastou-se do governo de São Paulo em 2001, para ser submetido à nova cirurgia. A doença se agravou e ele morreu no dia 6 de março de 2001.

Valdir Raupp celebra 45 anos do PMDB

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou, em discurso, os 45 anos de fundação do PMDB. Sem mencionar a legenda, disse, não se pode escrever a história recente do Brasil, especialmente na retomada da democracia.

Raupp lembrou que o partido, sempre comprometido com a estabilidade das instituições e com a democracia, já abrigou nomes como Tancredo Neves e Ulisses Guimarães e é a legenda do ex-presidente José Sarney.

Ao afirmar que o PMDB é hoje uma das forças mais influentes da política, com 2 milhões de filiados, o senador recordou que, nas últimas eleições, o partido recebeu 66 milhões de votos e ajudou a eleger a presidente Dilma Rousseff, que tem como vice o peemedebista Michel Temer.

O partido participa do governo Dilma com seis ministros, tendo ainda cinco governadores e oito vices, 78 deputados federais, 172 deputados estaduais, 20 senadores, 1.175 prefeitos e 8.495 vereadores.



Márcio Mariz/Senado Federal

Raupp: não se escreve história recente do país sem o PMDB

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa à tarde

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Os primeiros oradores são Paulo Paim (PT-RS), Roberto Requião (PMDB-PR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

CDH Debate sobre a igualdade racial

10h Audiência pública debate o Estatuto da Igualdade Racial e os oito anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouve, entre outros, a ministra de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Palestra Manual de redação da Secs

15h Dad Squarisi faz a palestra *Manual de Redação: que bicho é esse?*, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Terça-feira

CMA/CRA Relator do Código Florestal

10h Audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária para ouvir o deputado Aldo Rebelo sobre o Código Florestal.

CAE Sabatina de indicados para o Cade

10h Comissão de Assuntos Econômicos sabatina Marcos Paulo Veríssimo e Elvino de Carvalho Mendonça, indicados para assumir o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

CE Criação do Royalty-Criança

11h Primeiro item da pauta da Comissão de Educação Cultural e Esporte é o projeto que institui o Royalty-Criança e o Fundo Nacional da Educação Básica. Outro projeto determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriados para a prática de esportes olímpicos nas escolas da educação básica.

Subcomissão Políticas para dependentes químicos

11h30 Instalação dos trabalhos da Subcomissão de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

Nordeste Escolha do presidente e do vice

12h A Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste realiza sua primeira reunião para eleger o presidente e o vice-presidente.

Reforma Debate sobre sistema proporcional

18h O debate sobre sistemas eleitorais e coligação na eleição proporcional está na pauta da Comissão de Reforma Política.

Quarta-feira

CCT Concessões de rádio na pauta

8h30 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota projetos de concessão de emissoras de rádio e TV.

CDR Copa do Mundo e Jogos Olímpicos

9h30 Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para a composição da Subcomissão de Desenvolvimento do Codesul e da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

CCJ Rito das medidas provisórias

10h Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota projeto que muda a tramitação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. Outro projeto altera o Regimento Interno do Senado e cria nova espécie de proposição legislativa que veicula sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas.

CRE Debate sobre as revoltas árabes

13h Audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Antonio Aguiar Patriota, sobre a situação dos brasileiros que vivem nos países árabes e para avaliar o impacto e as consequências nas relações desses países com o Brasil.

CMMC Votação dos dirigentes da comissão

14h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente, do vice-presidente e relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Quinta-feira

Reforma Financiamento público

14h Comissão de Reforma Política discute financiamento eleitoral e partidário, cláusula de desempenho e candidatura avulsa.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Paulo Paim anunciou na quinta homenagem aos autistas

Congresso fica azul no Dia do Autismo

O edifício do Congresso Nacional será iluminado com luzes de cor azul na noite de 2 de abril, Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, informou o senador Paulo Paim (PT-RS). A iluminação foi por ele solicitada ao presidente do Senado, José Sarney, e autorizada por Alfredo Gastal, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Distrito Federal.

Paulo Paim convidou os autistas e seus parentes para irem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na quinta-feira, quando a comissão deverá aprovar a sugestão (SUG 1/10), apresentada pela Associação em Defesa do Autista (Adefa), que institui o Sistema Nacional Integrado de Atenção à Pessoa Autista.

Os autistas, segundo a proposta, deverão ter direito ao atendimento de demandas como "uma vida digna, igualdade, saúde, integridade física e moral, livre desenvolvimento de personalidade, educação e trabalho".

Confiança

O relatório conclui pela apresentação de projeto de lei que "institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". Paim disse ter certeza de que o voto apresentado pela relatora Ana Rita (PT-ES) será aprovado por unanimidade na comissão.

O senador lamentou não poder participar do evento organizado pela Adefa no Rio de Janeiro em comemoração à data, celebrada no Brasil e no mundo pela primeira vez. Como outras edificações e monumentos em diversos países, o Cristo Redentor também será iluminado de azul. O parlamentar pediu que todos acendam uma luz azul na noite de 2 de abril em homenagem aos autistas.

Paulo Paim leu em Plenário o convite enviado a ele por Berenice Piana de Piana, diretora-executiva da Adefa, e a carta que ele escreveu e encaminhou a ela para que seja lida no evento.

Marcada para quinta-feira, reunião do colegiado, que tem Lindbergh Farias como presidente, vai tratar de temas como aposentadoria especial, comercialização de órteses e próteses e o mercado de trabalho para deficientes

Subcomissão define pauta em defesa de direitos das pessoas com deficiência

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência volta a se reunir na quinta-feira, às 11h30, para traçar seu plano de trabalho. Eleito presidente na semana passada, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou como temas relevantes para discussão a aposentadoria especial, a comercialização de órteses e próteses e a deficiência no mercado de trabalho.

Segundo Lindbergh, 17% dos brasileiros apresentam algum tipo de deficiência. O parlamentar lamentou que, apesar de afligir parcela expressiva da população, a questão ainda não tenha suscitado uma discussão ampla no país. Ele também quer formar uma comissão especial de juristas para debater a regulamentação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006.

Aposentadoria

Membro da subcomissão, o senador Wellington Dias (PT-PI) destacou, em Plenário, a instalação do colegiado, que tem a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) como vice-presidente.

– Teremos o desafio de fazer aprovar no Congresso Nacional a convenção da ONU – disse.

De acordo com o senador, há mais de 20 projetos que tratam de direitos dos deficientes em tramitação no Congresso Nacional. Ele destacou o PLC 40/10, que trata de concessão de aposentadoria especial às pessoas com deficiência.

– Esse projeto prevê requisitos especiais para a aposentadoria, como tempo de contribuição reduzido – explicou, ao elogiar o projeto e pedir agilidade em



Wellington Dias defende aprovação no Congresso da convenção da ONU

sua aprovação pelo seu grande alcance social.

O senador afirmou que a comissão também quer ajudar a colocar em prática as várias leis que apoiam as pessoas com deficiência.

Wellington Dias lembrou ainda que, em 2 de abril, será celebrado o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo. Para marcar a data,

vários lugares no mundo serão iluminados com a cor azul. No Brasil, o Cristo Redentor e o Congresso Nacional receberão a iluminação especial, informou o senador.

Wellington destacou também o lançamento, no próximo dia 5 de abril, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



Ato público em Porto Alegre: o próprio Conade admite que aprovação do estatuto foi recomendada pela ONU

Paim registra ato público em favor de estatuto

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou, na sexta-feira, ato público, em Porto Alegre, em defesa da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de sua autoria. A mobilização, que reuniu cerca de 400 pessoas, foi promovida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e entidades ligadas ao segmento.

– Com este ato, fica claro que a aprovação do estatuto é um anseio do movimento de pessoas com deficiência – comentou.

Segundo acrescentou, o próprio presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Moisés Bauer, reconhece que a aprovação

do estatuto foi recomendada pela ONU. Isso porque a convenção internacional recomenda aos países que a ratificarem, como o Brasil, a aprovação de leis que protejam e garantam os direitos da pessoa com deficiência.

O estatuto já foi aprovado pelo Senado e aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

CDH debate hoje Estatuto da Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 10h, audiência pública sugerida pelo senador Paulo Paim para debater o Estatuto da Igualdade Racial e os oito anos de criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Devem participar da audiência a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos; a coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da Unesco, Edna Maria Santos Roland; o coordenador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade de Brasília (UnB), Nelson Fernando Inocêncio da Silva; o presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araújo; o coordenador da Educafro Brasília, Fernando Benício dos Santos; o diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil (Asabb) Humberto Adami Santos Júnior; a assistente social Matilde Ribeiro; e o deputado federal Edson Santos de Souza.

Políticas Sociais para Dependentes Químicos elege presidente

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros iniciará os trabalhos amanhã, às 11h30, com a eleição de seu presidente e vice-presidente. Vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão, criada por requerimento dos senadores Wellington Dias e Ana

Amélia (PP-RS), terá 90 dias para investigar o alcance desses problemas no país e recomendar saídas ao poder público e à sociedade civil.

Para Wellington Dias, o Senado tem demonstrado preocupação e compromisso com as políticas relacionadas ao controle e consumo de álcool e drogas psicoativas. O parla-

mentar considera importante a realização de um debate nacional que aponte soluções e possa aperfeiçoar a legislação.

Já Ana Amélia quer que essa subcomissão discuta a prevenção ao consumo, o tratamento e a reinserção social dos dependentes de crack e a estratégia da segurança pública para conter o tráfico.

Além de Wellington Dias e Ana Amélia, a subcomissão tem como titulares Waldemir Moka (PMDB-MS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Cyro Miranda (PSDB-GO). Foram indicados como suplentes, Cristovam Buarque (PDT-DF), Ângela Portela (PT-RR), Paulo Davim (PV-RN), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Vital do Rêgo faz apelo por concursados

Vital do Rêgo (PMDB-PB) fez um apelo para que o governo federal reveja a decisão de suspender a nomeação de centenas de pessoas aprovadas em concursos públicos. O senador afirmou que a decisão de não chamar os concursados já aprovados "é grave e preocupante", pois revela falta de planejamento e de coordenação da administração pública, descontinuidade na prestação de serviços públicos essenciais, quebra de contrato e descrédito para o governo federal.

Lembrou ainda que além dos prejuízos materiais e morais causados pelo setor público a diversas pessoas e suas famílias, a União pode também ser condenada em processos judiciais por danos morais, prejuízos materiais e outros motivos que implicarão "pesadas indenizações e compensações que, certamente, serão reconhecidas pelo Poder Judiciário".

– Estamos tratando da situação de pessoas que foram aprovadas em concurso público, foram chamadas para completar a última fase de um processo de seleção complexo e, na última fase desse processo, recebem e-mail dizendo, justamente, que a autorização não foi concedida pelo Ministério do Planejamento.

Orçamento

Para o senador, o aumento da folha de pagamentos da União com a contratação dos concursados é plenamente compatível com o Orçamento.

– Tenho plena convicção de que a presidenta Dilma Rousseff saberá tomar uma decisão sábia com relação aos concursos públicos, considerando a necessidade de prestação de serviços públicos essenciais, sem desprezar o esforço pessoal de milhares de brasileiros que fizeram o sacrifício de estudar e se submeter a exames difíceis e desgastantes, em que predomina o mérito do candidato – finalizou o parlamentar.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou não ser admissível não convocar os candidatos já aprovados.



Para Vital, o aumento da folha é compatível com o Orçamento

Senador diz que decisão do tribunal de considerar inconstitucional a aplicação da lei nas eleições do ano passado foi uma "ducha de água fria" e vai permitir que políticos barrados pela Justiça Eleitoral possam chegar ao Congresso



Simon afirma que processos contra políticos não andam no Supremo



Plenário do STF decidiu, na quarta-feira, que lei não poderia ser aplicada em 2010

Simon desabafa: "O STF matou a Lei da Ficha Limpa"

DEPOIS DE ANALISAR o noticiário sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse, na sexta-feira, estar com a impressão "de que o Supremo matou a Lei da Ficha Limpa". Mesmo dizendo respeitar a posição do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux contra a aplicação desta lei nas eleições de 2010, Simon lamentou que seu voto tenha sido decisivo para finalizar a posição da Corte sobre o assunto.

– Foi uma ducha de água fria o que aconteceu – resumiu.

Com a decisão, por 6 votos a 5, políticos barrados pela Justiça Eleitoral que tiveram votos suficientes para se eleger poderão vir a assumir suas vagas no Senado e na Câmara.

Ao comentar a posição de

ministros do STF, Simon disse considerar que o relator da matéria e ex-presidente do Supremo Gilmar Mendes "tem certa antipatia pelo Senado". E sobre a expectativa da população pela aplicação da Ficha Limpa, o senador concordou com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, de que a Corte "não pode se curvar a pressões da sociedade".

O parlamentar lembrou, no entanto, a contribuição da mobilização popular e das entidades da sociedade civil para a construção da democracia no Brasil.

– Não é essa Casa [o Senado], nem o Supremo e nem o Executivo que vai mudar o Brasil, que vai fazer a reforma política, a reforma econômica ou a reforma ética, se o povo não vier – reforçou o senador.

Ele também lembrou as ex-

pectativas da população quanto à condenação de políticos que tenham sido acusados de algum crime e citou esforços para mudar a lei de forma a tornar possível a abertura de processo contra parlamentares.

– Levou vinte anos, mas hoje o Supremo não precisa de licença, nem da Câmara nem do Senado, para processar deputados ou senadores. Mas não processa porque não quer, porque fica na gaveta [do STF], ano após ano. Em nome de que os processos do Supremo não avançam? – questionou Simon.

Como contraponto, ele citou diversos casos de parlamentares cassados após processos no Congresso, como os chamados "anões do Orçamento" – congressistas acusados de desviar recursos do Orçamento da União.

Gurgacz quer plebiscito sobre reforma política

Em nome da Liderança do PDT, o senador Acir Gurgacz (RO) defendeu, na sexta-feira, a realização de consulta popular sobre os temas debatidos pela Comissão de Reforma Política do Senado. O senador disse que a realização de referendo ou plebiscito sobre o assunto conferiria maior legitimidade à reforma.

– Entendemos que, assim, vamos estar totalmente respaldados para que não haja conflitos e não tenhamos de estar sempre às portas dos tribunais para que sejam resolvidas as questões mais delicadas com relação à política brasileira – argumentou.

De acordo com Acir Gurgacz, a sugestão partiu do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) durante reunião da bancada no Congresso Nacional realizada nesta semana. Segundo ele, a proposta foi abraçada por todos os pedetistas presentes.

Acir Gurgacz também registrou que o PDT realizou, na sexta-feira, a quinta convenção nacional do partido, em Brasília, a fim de refletir sobre os rumos



Acir Gurgacz alega que, com plebiscito, reforma ganharia muito em legitimidade

da legenda e de prepará-la para as eleições de 2012.

Crescimento

Ao apartear Acir Gurgacz, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou o crescimento do partido mesmo após a morte de Leonel Brizola, um de seus fundadores, mas defendeu a necessidade de reestruturação da sigla.

Também em aparte, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) registrou que militou durante

15 anos no PDT e elogiou a realização da convenção.

O senador Acir Gurgacz fez ainda um apelo à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para que ela assine um decreto que permita a transposição de servidores do estado de Rondônia para os quadros da União. Segundo o parlamentar, a minuta sobre o assunto teria sido aprovada na quinta-feira pelo departamento jurídico da pasta e depende agora da ministra.

Mozarildo pede investigação em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que o Ministério Público Federal, o MP de Roraima, o Tribunal de Contas da União e o de seu estado investiguem os gastos do governo estadual.

De 2007 para cá, segundo o senador, "sob o comando do atual governador, José de Anchieta Júnior, foi instalada uma verdadeira organização criminosa para roubar o estado".

Mozarildo disse que Roraima, com 451 mil habitantes, teve uma receita de R\$ 1,85 bilhão em 2010. Desse valor, a arrecadação estadual contribuiu com R\$ 427 milhões. "Dinheiro não falta", afirmou.

– A União tem de investigar a aplicação dos recursos, uma vez que é responsável por grande parte da arrecadação do estado – cobrou.

O senador disse ter recebido denúncias de que telefones são cortados em escolas, postos de saúde e hospitais; que cirurgias são suspensas por falta de material; que postos policiais estão caindo aos pedaços; e que o governo não paga vale-alimentação desde novembro. Ele protestou pela falta de dados anteriores a 2009 sobre a arrecadação estadual e afirmou que operação da Polícia Federal detectou desvio de R\$ 30 milhões da área da saúde.



Senador pede acompanhamento, pela União, dos gastos do estado

Líder do governo e ministro Garibaldi Alves Filho confirmam que Executivo estuda apresentar novo projeto ao Congresso ainda neste semestre

Com novo modelo, EUA superaram crise

Nos Estados Unidos, os planos de previdência complementar são oferecidos em duas modalidades: contribuição definida e benefício definido. Na primeira, apenas a contribuição é certa e os benefícios dependem da aplicação dos recursos. Na segunda, os benefícios futuros são fixados previamente.

Na década de 80, como explica o consultor do Senado Fernando Meneguim, o sistema previdenciário dos servidores públicos norte-americanos funcionava na modalidade de benefício definido e apresentava grave desequilíbrio.

O governo propôs então uma grande reforma, aprovada em 1986. Criou-se o Federal Employees Retirement System (Fers) – obrigatório para os novos servidores e facultativo para os demais.

Benefícios

O Fers é um plano que oferece benefícios de três origens distintas: sistema público de seguridade social (padrão para todos os trabalhadores); um plano de benefício definido; e um plano complementar de contribuição definida (TSP).

Meneguim explica que, com o plano de benefício definido, tão logo o servidor atinja a idade mínima de aposentadoria e tenha pelo menos dez anos de serviço público, ele poderá receber o benefício. O custo para o participante é de 0,8% de sua remuneração básica. Para cada contribuição, o governo deposita 11,5% do salário. Se o servidor deixar o governo, pode levar o valor total para outro plano (portabilidade).

O valor do benefício corresponderá a 1% do valor da média das maiores remunerações nos últimos três anos, por cada ano trabalhado. Assim, se o servidor tiver trabalhado por 30 anos, receberá como benefício 30% da média de seus maiores salários nos últimos três anos (esse percentual varia um pouco de acordo com a idade do participante).

Já o TSP, como afirma o consultor, é uma modalidade de previdência complementar nos moldes das oferecidas no mercado financeiro. Quando a pessoa entra para o setor público, será criada uma conta individual para o servidor, na qual se depositará o montante de 1% de sua remuneração. O servidor pode contribuir com até 10% da remuneração. Quanto maior a contribuição do empregado, mais o governo depositará para ser capitalizado para aquela pessoa.

O montante capitalizado pode ser aplicado em seis tipos diferentes de fundos de investimento, escolhidos periodicamente pelo titular, e também recebe o atributo da portabilidade.

Previdência complementar para servidor pode voltar à pauta

A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR do servidor público, um dos pontos da reforma iniciada em 2003 com a Emenda Constitucional 41, poderá voltar à pauta do Congresso Nacional neste semestre. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou que uma comissão de técnicos dos ministérios da Previdência Social e do Planejamento, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) estuda o modelo a ser adotado.

Na primeira tentativa de regulamentar o assunto, o governo enviou ao Congresso o projeto de lei (PL 1.992/07) que hoje tramita na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Agora, o Executivo poderá enviar uma nova proposta ao Congresso ou consolidar os estudos técnicos num projeto substitutivo, a ser apresentado na Câmara por algum parlamentar da base governista. Se aprovada, a proposta ainda será analisada pelo Senado.

Pelo projeto, somente quem ingressar no serviço público depois da aprovação da lei vai se enquadrar no novo modelo e receberá por duas fontes: a aposentadoria básica, paga pela União e limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social (hoje, R\$ 3.689,66), e a complementar, a cargo de uma entidade fechada de previdência, ainda a ser criada.

Os servidores enquadrados no novo esquema devem pagar



Jucá revelou que comissão de técnicos estuda modelo a ser proposto



Garibaldi quer convencer congressistas da importância do novo projeto

uma alíquota de 11% sobre o teto do regime geral e 7,5% sobre a parcela que exceder esse limite. A União também deverá contribuir com 7,5% para a entidade fechada de previdência. A adesão dos atuais servidores à previdência complementar é opcional.

Resistências

A principal resistência ao

projeto partiu, há quatro anos, dos servidores do Judiciário. Na ocasião, uma das críticas relacionava-se ao esquema proposto: as contribuições são estabelecidas previamente em contratos, mas os benefícios (que os servidores receberão no momento da aposentadoria) dependerão do nível de capitalização do fundo.

Outra crítica referia-se ao

fundo unificado, previsto no projeto, que colocaria os servidores do Judiciário em desvantagem, já que a média salarial desse Poder seria maior do que a do Executivo. Quanto maior o desvio padrão da renda entre os Poderes, menor seria a eficiência produzida por um fundo único.

Uma das hipóteses em estudo é a criação de um fundo próprio para a aposentadoria complementar dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, que se preocupam também com a possibilidade de ter de arcar com maior parcela dos custos de administração de um fundo unificado.

Garibaldi

Todos esses pontos de discordância estão sendo agora analisados pela comissão técnica, que já realizou três reuniões: uma no fim do ano passado e duas este ano. O objetivo dessas reuniões é justamente esclarecer o funcionamento da previdência complementar e remover os atritos.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, disse confiar na superação dos problemas que impediram a regulamentação da previdência complementar em 2007.

Senador licenciado, Garibaldi pretende convencer os colegas do Congresso a aprovarem o projeto, que considerou importante, no longo prazo, para as contas públicas. O ministro confirmou que as resistências estão principalmente no Judiciário, mas disse acreditar que os trabalhos da comissão técnica poderão resultar num entendimento.

Novo fundo poderá ter um patrimônio maior que Previ

O projeto de lei em tramitação na Câmara prevê a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), destinada a gerir os benefícios da previdência complementar dos funcionários públicos federais. Como há salários altos no setor público, o consultor do Senado Fernando Meneguim prevê o surgimento de um fundo de pensão com possibilidade de superar a Previ, do Banco do Brasil, cujo patrimônio era de R\$ 139 bilhões em junho de 2010.

Essa perspectiva, segundo Meneguim, permite criar um cenário de ampla disputa entre os diversos grupos de servidores pelo controle do fundo e pode atrair forte interesse político. Por isso, o consultor considera necessária uma cuidadosa engenharia

institucional que coíba esses efeitos e que propicie uma gestão transparente e justa dos recursos.

Estrutura

Com sede em Brasília, a fundação deverá receber da União, segundo a proposta, um aporte inicial de R\$ 50 milhões e terá personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa, financeira e gerencial. O projeto abre aos estados e municípios a possibilidade de aderir à Funpresp.

De acordo com o projeto, a estrutura organizacional da Funpresp terá dois conselhos – deliberativo e fiscal – e uma diretoria executiva. A Presidência da República, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal indicarão os integrantes do conselho

deliberativo, que, por sua vez, escolherá os quatro membros da diretoria executiva. O Tribunal de Contas da União e o Ministério Público indicarão os membros do conselho fiscal.

A supervisão e fiscalização da Funpresp e de seus planos de benefícios ficarão a cargo

do órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar. Essa competência, conforme o projeto, não exime os órgãos patrocinadores – os três Poderes – da responsabilidade de supervisionar e fiscalizar a Funpresp.

9,2 milhões já têm plano próprio

Regime próprio é adotado por mais de 1.800 municípios. Para dar uma dimensão da importância do tema, o consultor do Senado Fernando Meneguim apresentou alguns números:



Além da União, do Distrito Federal e de todos os estados, **1.874 municípios** oferecem regime próprio de previdência social (RPPS) para seus servidores.



Em dezembro de 2008, foram contabilizados **9.280.366 servidores** ativos, inativos e pensionistas filiados a algum regime próprio.



Em 2009, o montante da receita previdenciária desses regimes foi de R\$ 43,4 bilhões e a despesa de R\$ 67,2 bilhões, resultando em um **déficit de R\$ 23,8 bilhões**.



Waldemir Barreto/Senado Federal

João Pedro destaca iniciativas no setor de educação na Amazônia

Cidades de Tefé e Humaitá terão escolas técnicas, diz João Pedro

João Pedro (PT-AM) afirmou na sexta-feira que o ministro da Educação, Fernando Haddad, está empenhado em viabilizar duas iniciativas no setor de educação na região amazônica. Uma delas, mais adiantada, é a construção de duas escolas técnicas nos municípios de Tefé e Humaitá, no Amazonas. A outra, ainda em fase de discussão no Congresso Nacional,

é a criação da Universidade Pan-Amazônica, com sede em Manaus e polos de desenvolvimento e pesquisa no Equador, no Peru, na Venezuela e na Colômbia.

– A saída para os povos da Amazônia é pelo conhecimento. Esses países formam um mundo diferente pela diversidade étnica, pela presença da biomassa, da água doce e de

populações milenares – disse.

João Pedro também saudou a interiorização das atividades das universidades estadual e federal do Amazonas. E destacou os ganhos para a população das cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga.

– Vamos dar um passo importante no sentido de fazer a integração solidária com os po-

vos da Amazônia. A ideia é ter uma academia onde se possa estudar o passado, o presente e, principalmente, o futuro da Amazônia – afirmou.

A criação da Universidade Pan-Amazônica foi sugerida em projeto de lei (PLS 662/07) de João Pedro já aprovado pelo Senado. Atualmente, a proposta está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

CE vota projeto de incentivo aos professores

Proposta assegura metade da carga horária fora das salas de aula para os docentes da rede pública que cumprem jornada integral de trabalho

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar amanhã, em decisão terminativa, o projeto que assegura aos professores que trabalham em tempo integral o cumprimento de metade da carga horária em atividades fora da sala de aula, como estudo, planejamento e avaliação, além de outras que não incluam a interação com os alunos prevista no plano curricular.

O projeto (PLS 397/08), foi apresentado pela então senadora Fátima Cleide (PT-RO) e modifica parte do artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).

Pela proposta, os professores que trabalhem com uma carga semanal menor terão direito a pelo menos um terço do horário fora de sala de aula. Hoje,

é garantido aos professores um “período reservado” para essas atividades, mas não há determinação do tempo que será ocupado por elas. Resolução do Conselho Nacional de Educação, de 1997, determina que essas atividades ocupem entre 20% e 25% da carga horária.

A autora argumenta que não é possível esperar de um profissional do magistério “desmotivado, com baixo salário, sem estímulos na carreira, sem oportunidades de formação continuada e, principalmente, com uma jornada estafante”, um trabalho qualificado.

Mais sete itens constam na pauta da Comissão de Educação. Também em decisão terminativa, serão votadas outras duas proposições: o substitutivo ao projeto

(PLS 481/09) de autoria do senador Cristovam Buarque (PT-DF) que determina a instalação de quadras esportivas e locais para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica; e o projeto (PLC 146/10) que declara Nilo Peçanha patrono da educação profissional e tecnológica.

Também está na pauta da CE o projeto (PLS 02/10) que institui o “royalty-criança”, cria o Fundo Nacional da Educação Básica (Fneb) e dá outras providências. O royalty-criança corresponde à parcela que couber à União como resultado da exploração das reservas de petróleo da camada pré-sal.

De acordo com o projeto, a distribuição dos recursos do fundo se daria de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação de base em cada unidade da Federação. A matéria tem decisão terminativa na CAE.

Quem tem carga horária menor poderá usar um terço do tempo para preparação das aulas



Divulgação / PNP/PA

Atualmente, os professores têm apenas um “período reservado” fora das salas, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

CAE avalia amanhã criação de Fundo Nacional Pró-Leitura

Entre as propostas que poderão ser analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã está o projeto de lei do Senado (PLS 294/05) que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), a ser analisado em decisão terminativa.

A proposta, já aprovada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece que o fundo deverá viabilizar o que foi estabelecido pela Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03), estimulando a produção e incrementando o acesso às publicações.

O projeto é do senador José Sarney (PMDB-AP) e o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), deu parecer favorável à matéria e às cinco emendas apresentadas na CCJ.

O financiamento será feito a fundo perdido ou por empréstimos reembolsáveis para a produção e distribuição de publicações, além da execução de projetos destinados a estimular a regionalização da produção literária, técnica e científica. Seus recursos virão do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, entre outras fontes. O FNPL poderá financiar até 80% do custo total de cada projeto.

Formato digital

Também poderá ser analisado pelos senadores da CAE o PLS 114/10, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que altera a Política Nacional do Livro para atua-



Genaldino Mogeira/Senado Federal

Relator da proposta, Inácio Arruda defende aprovação, com emendas

lizar a definição e ampliar a lista de produtos equiparados a livro.

A proposta amplia o rol dos produtos isentos de impostos (nos termos da Constituição Federal) para incluir qualquer livro em formato digital, magnético ou ótico. Atualmente, a Lei 10.753/03 só atribui a isenção a esses produtos quando destinados a pessoas com deficiência visual.

Pelo projeto, também ficarão equiparados aos livros os equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital ou a audição de textos em formato magnético ou ótico, como os conhecidos Kindle e iPad.

Gurgacz argumenta que a digitalização de obras e a publicação de livros digitais vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos, e que a própria Biblioteca Nacional já firmou acordo com a companhia Google para a digitalização de mais de dois milhões de títulos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Pedro Simon • Roberto Requião

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Garibaldi Alves trabalhará pelos mais necessitados

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou na sexta-feira que trabalhará em prol dos "mais necessitados e mais excluídos da sociedade". Ele elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de dar prioridade à erradicação da miséria.

– Um país que pretende ocupar um lugar de destaque entre as maiores economias do planeta não pode conviver com bolsões de pobreza e miséria – enfatizou o senador.

Garibaldi Alves destacou o desenvolvimento do Nordeste nos últimos anos e a criação de políticas públicas pelo governo federal que, afirmou, contribuirão para reduzir a miséria na região. Mas ele observou que ainda existem muitos nordestinos abaixo da chamada "linha da pobreza".

– Em meu exercício, a prioridade será a luta em prol do



José Cruz/Senado Federal

"O Brasil não pode conviver com bolsões de pobreza", diz o senador

desenvolvimento social e econômico do Nordeste e, particularmente, do meu estado, o Rio Grande do Norte.

Garibaldi Alves reiterou ainda seu compromisso em defesa dos pequenos agricultores da região do semiárido nordestino e fez um apelo à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que desenvolva pesquisas visando aumentar os níveis de produtividade das lavouras da região e eliminar pragas que prejudicam a agricultura brasileira.

Ana Amélia divulga cartilha sobre câncer e direitos dos pacientes

Cerca de 500 mil brasileiros serão diagnosticados com câncer esse ano. O número foi divulgado pela senadora Ana Amélia (PP-RS) em Plenário, quando abordou problemas enfrentados pelos pacientes e famílias, mas também boas iniciativas para enfrentar a doença.

Ela citou livro da advogada pernambucana Antonieta Barbosa com esclarecimentos sobre a doença e os direitos dos

pacientes. E informou que, a seu pedido, a advogada também elaborou uma cartilha que agora está sendo publicada pela Gráfica do Senado.

– Todos os pacientes poderão tomar conhecimento amplo de seus direitos e, assim, conduzir sua vida com dignidade – comentou a senadora, informando que o texto está sendo também publicado por editora nacional para ganhar maior alcance.

A cartilha *Manual de Cidadania do Paciente com Câncer* condensa os principais pontos do livro *Câncer – Direito e Cidadania*, onde Antonieta reuniu tudo o que descobriu sobre a tema, desde o momento em que ela mesma foi diagnosticada com a doença.

Como observou a senadora, os pacientes nem sempre conhecem seus direitos, como auxílio doença, isenção de Imposto de Renda e gratuidade de medicamentos, além da aposentadoria especial na definitiva incapacidade.



Marcos Moraes/Senado Federal

Segundo Ana Amélia, 500 mil receberão diagnóstico de câncer este ano, no país

Frente Mista pela Cidadania LGBT será lançada na Câmara

A Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) será lançada amanhã, às 14h, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves confirmaram presença.

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 171 parlamentares já se integraram à frente, que busca igualdade de direito para todos os cidadãos, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

O convite para o evento

é assinado pelas senadoras Marta Suplicy (PT-SP), Marinor Brito (PSOL-PA) e Lídice da Mata (PSB-BA). Também assinam o convite os deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ), Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), Erika Kokay (PT-DF), Fátima Bezerra (PT-RN), Janete Rocha Pietá (PT-SP), Artur Bruno (PT-CE) e Dr. Rosinha (PT-PR).

De acordo com a ABGLT, parlamentares da Espanha e da Argentina comparecerão ao evento. São aguardados o vereador de Madri Pedro Zerolo, também assessor do presidente José Luis Rodríguez Zapatero, e a deputada argentina Vilma Ibarra, coautora, junto com a ex-deputada Silvia Augsburger, da lei de matrimônio igualitário argentino.

Regularização fundiária exige modernizar Estado

Especialistas reunidos pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discutem reordenamento do setor e apontam maior capacitação dos órgãos como única saída

O BRASIL TEM hoje o desafio de dar aos órgãos ligados à questão fundiária estrutura capaz para fazer vistoria e análises de campo em terras públicas, como forma de agilizar e simplificar o processo de regularização. Esse esforço também envolve a modernização do sistema cartorário brasileiro, no que diz respeito a custos e instalação de equipamentos, com a participação dos governos federal, estaduais e do próprio Incra.

Debate presidido por Acir Gurgacz revelou que cadastro nacional de imóveis já é quase realidade

A observação foi feita, na sexta-feira, pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adhemar Lopes de Almeida, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que debateu a regularização e o reordenamento fundiário do Brasil.

O debate foi o primeiro de uma série promovida pela

comissão neste ano e em 2012, sempre às sextas-feiras, com a participação de especialistas, para debater assuntos relacionados ao agronegócio – como transporte, comercialização, segurança alimentar, entre outros.

O autor da iniciativa foi o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidiu a audiência pública da última sexta-feira, a qual também contou com a participação da senadora Ana Amélia

(PP-RS).

Adhemar disse ainda que o país precisa de uma norma adequada para ação massiva de regularização de terras, uma vez que a atual favorece a atuação pontual dos especialistas do setor. Ele explicou que a Lei 10.267/01 estabelece todo o procedimento e o calendário para que se institua no Brasil o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, a ser compartilhado

com órgãos que tratam da questão fundiária.

O representante do ministério disse que um sistema nacional de gestão territorial já se encontra em fase de implantação, facilitando o trabalho de unificação no cadastro nacional. A partir de novembro – embora Adhemar acredite ser possível a prorrogação desse prazo –, qualquer troca de titularidade de um imóvel terá que ser necessariamente certificada pelo Incra.

Já o secretário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Carlos Mário Guedes de Guedes, disse que o programa Terra Legal, em um ano e meio de atuação, vem respondendo ao desafio da segurança jurídica na regularização das terras públicas da região.

O programa atua em regiões rurais e urbanas, em terras da União com áreas de até 15 módulos fiscais ou 1.500 hectares. Estima-se que existam 1.422 glebas que se enquadram nessa condição.



José Cruz/Senado Federal

Acir Gurgacz (C), entre os convidados para o debate de sexta, primeiro de uma série promovida pela CRA

Elevar preço da terra pode ajudar a Amazônia

Para o secretário de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Alberto Lourenço, é preciso aumentar drasticamente o preço da terra na Amazônia. Segundo ele, o caráter extensivo da exploração das terras na região deriva do baixo preço dos terrenos e do caos fundiário. Com a terra mais cara, avaliada, a função de produzir se tornaria mais rica tanto em conteúdo tecnológico quanto em produtividade.

Lourenço disse que a regularização fundiária também contribuirá de forma decisiva para a redução do desmatamento, das invasões e da persistente grilagem de terras públicas federais, que deriva da falta de controle sobre o patrimônio público, que no passado já foi pior em relação à atualidade, afirmou.

O representante do Incra, José Lopes de Oliveira, lamentou que, mais de 500 anos depois do descobrimento do Brasil, ainda não esteja con-

solidado um processo eficaz de regularização fundiária no país.

– Já estamos com 120 anos de República e ainda não se conseguiu fazer o processo de regularização. Ainda hoje há terras devolutas neste país. Isso significa que existe necessidade de regularização fundiária em todo o país. Em São Paulo, os conflitos no Pontal do Paranapanema eram decorrentes da existência de terras devolutas – afirmou Oliveira.

CAE sabatina dois indicados para compor o Cade

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizam reunião amanhã, a partir das 10h, para sabatinar Marcos Paulo Verissimo e Elvino de Carvalho Mendonça, indicados pela presidente Dilma Rousseff para integrarem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Eles vão ocupar as vagas deixadas por Fernando Furlan e César Costa Alves de Mattos, respectivamente. Furlan passará a ser presidente do Cade, cargo que

já ocupa interinamente.

Paulista, Marcos Paulo Verissimo é bacharel, mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), onde atualmente é professor do Departamento de Direito do Estado. Verissimo também já trabalhou como advogado, lecionou na Fundação Getúlio Vargas e foi chefe de gabinete da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Doutor em Economia pela

Universidade de Brasília (UnB), Elvino Mendonça é assessor técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e professor de Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-RJ).

Criado em 1962 e transformado em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça em 1994, o Cade tem por atribuição orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, além de reprimir tais abusos.



Asiericó11/Creative Commons

Protestos no Iêmen: onda de levantes populares preocupa senadores da CRE

Patriota debate a crise no norte da África e no Oriente Médio

A onda de levantes populares no Oriente Médio e no norte da África é assunto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que ouve na quarta-feira, a partir das 13h, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. O objetivo da audiência pública – sugerida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) – é discutir a crise instalada em inúmeros países da região.

Os senadores querem se informar e debater a condição em que vivem milhares de brasileiros no norte da África e no Oriente Médio, bem como avaliar o impacto nas relações daqueles países com o Brasil. Nações como Líbia, Iêmen e Síria, entre outros, vivem momentos de tensão com protestos populares em busca de mudança em seus regimes políticos.

As manifestações vêm no encalço de revoltas populares

ocorridas em países como Tunísia e Egito, onde os protestos tiveram sucesso. Na Tunísia, o ditador Zine Al Abidine Ben Ali, no poder desde 1987, foi derrubado. Em seguida, o Egito viveu desfecho semelhante: acudado pelas manifestações, Hosny Mubarak renunciou, depois de 30 anos no comando do país.

Na Líbia, onde também aconteceram grandes protestos, a crise se degenerou em uma guerra civil, com o coronel Muamar Kadafi, há quase 42 anos no governo, bombardeando as cidades tomadas por forças rebeldes.

Com a anuência das Nações Unidas, países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) responderam atacando as posições de Kadafi e estabelecendo uma zona de exclusão aérea, impedindo assim que o ditador retomasse o controle total do país.

Paim relata atrasos em exportações para a Argentina

Nota oficial da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), relatando atrasos em exportações brasileiras para a Argentina, foi recebida por Paulo Paim (PT-RS).

O senador disse, na sexta-feira, em Plenário que a nota informa a ocorrência de sucessivos atrasos na liberação das licenças não automáticas de importação de calçados por parte da Argentina.

De acordo com Paim, desde o início deste mês a situação tem se agravado e, até o momento, 19 empresas foram prejudicadas com a retenção de 865 mil pares de calçados, cuja documentação ainda não foi liberada.

– A Abicalçados informa que foram registradas perdas consideráveis por parte dos fabricantes e, caso a situação não seja resolvida com urgência, toda a temporada estará em risco, com sérios danos às marcas e aos investimentos feitos pelo setor no país vizinho – disse.

Máquinas agrícolas

Paim informou ainda que o setor de máquinas agrícolas “está na mesma situação”.

Segundo o senador, o setor possui pelo menos 1.200 máquinas retidas em depósitos e pátios de empresas brasileiras à espera de licenças de importação da Argentina.

Presidente da CDR registra abertura de feira de turismo

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Benedito de Lira (PP-AL), registrou que será aberto hoje o 9º Fórum Panrotas Tendências do Turismo 2011. Para o senador, a iniciativa é muito importante para o turismo e o desenvolvimento regional no Brasil. Integrandos da comissão foram convidados a participar do evento, a se realizar no Centro Fecomércio de Eventos, em São Paulo, até amanhã.

Para debater contexto e tendências do turismo brasileiro, o fórum reúne líderes, formadores de opinião e profissionais do setor. Participantes de vários segmentos compartilham seus conhecimentos e experiências em debates, painéis e apresentações.

Reuniões

Amanhã haverá a primeira reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, no âmbito da CDR, que vai eleger seu presidente e o vice. Na quarta, na reunião ordinária da CDR, o presidente vai designar os membros da Subcomissão Permanente do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e da subcomissão que irá acompanhar as ações relacionadas à Copa do Mundo (2014) e aos Jogos Olímpicos de 2016.

Itamar quer informações sobre recursos do BNDES

Senador requer ao ministro do Desenvolvimento dados sobre aplicação, desde 2003, de verbas destinadas a financiamento, socorro e participação acionária em empresas

O SENADOR ITAMAR Franco (PPS-MG) comunicou ter encaminhado requerimento de informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, sobre as aplicações dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O senador quer saber, especialmente, sobre a utilização de recursos destinados, nos últimos oito anos, ao financiamento, socorro e participação acionária em empresas.

Itamar ressaltou que o BNDES é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para investimento em todos os setores da economia. Nessa função, disse o senador, a instituição é maior do que o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o americano Eximbank. A carteira de financiamento do BNDES, composta com recursos públicos, ressaltou, tem superado a do Banco do Brasil e de bancos privados, como Bradesco, Santander e Itaú-Unibanco.

– Os recursos do BNDES saem do contribuinte, e entendemos que a destinação que o banco faz desse dinheiro e os resul-



Paulo H. Conquetti/Senado Federal

Recursos saem do contribuinte e devem ser fiscalizados, afirma Itamar

tados econômicos e sociais que o país auferir devem ser objeto de fiscalização desta Casa legislativa – disse.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que a observação de Itamar é importante para alertar o governo sobre problemas que o BNDES poderá enfrentar no futuro, com o crescimento da dívida pública. Ele criticou ainda o fato de o governo não querer emitir títulos públicos para investimento em educação, embora emita esses papéis para investimento econômico.

Itamar também informou ter apresentado projeto (PLS

108/11) determinando que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) compareça ao Senado a cada três meses para apresentar um relatório das atividades do órgão.

Assistência

O senador ainda disse que apresentou projeto de resolução (PRS 9/11) para ampliar a competência do Serviço de Assistência Social do Senado. Entre as mudanças propostas está o atendimento a pessoas não servidoras da Casa quando encaminhadas por gabinetes parlamentares ou outros órgãos administrativos da Casa.

Requião critica segurança de Obama por “revista vexatória”

O tratamento “vexatório” imposto aos ministros brasileiros pelos seguranças do presidente americano, Barack Obama, foi criticado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Ao lembrar que eles passaram por uma “revista vexatória”, incluindo a retirada dos sapatos, o parlamentar afirmou que essa situação criou uma categoria nova de ministros, a dos “recoletos descalços” – em referência aos mosteiros dos recolhidos.

– É preciso que os brasileiros se comportem com mais galhardia, porque não representavam, nesse momento, pessoas físicas que poderiam ser revista-

das na visita de um presidente americano, mas representavam o governo brasileiro – argumentou Requião.

O senador disse ainda saber que o desrespeito “evidentemente” não poderia ser atribuído a Obama, mas sim “aos desvios de seus seguranças e à tolerância do povo brasileiro”. Afirmou ainda ter se “regozijado” com a eleição de um negro para a presidência dos Estados Unidos, porque representou a conciliação daquele país consigo mesmo.

Para concluir, o senador leu artigo, disponível na internet, do analista político Wladimir Pomar, sobre a vinda de Oba-



José Cruz/Senado Federal

Requião: é preciso que brasileiros se comportem com maior galhardia

ma ao Brasil. Num dos trechos, Pomar afirma que “Mr. Obama esbanjou simpatia, tanto a própria quanto a fabricada, mas não se mostrou disposto a pagar nem um cafezinho”.



Paulo Conquetti/Senado Federal

Convidados são revistados por seguranças norte-americanos na entrada do Theatro Municipal, onde Obama discursou